

**PERFIL DE REEDUCANDAS MATO-GROSSENSES: UMA ANÁLISE DE  
QUATRO ANOS DE COORTE.  
PROFILE OF MATO-GROSSENSE REEDUCANDS: AN ANALYSIS OF FOUR  
YEARS OF COHORT.**

Nayara Cristine Marchioro Pereira Siqueira <sup>1</sup>

Bárbara Yasmin Freitas Santos <sup>2</sup>

Thalise Yuri Hattori <sup>2</sup>

Vagner Ferreira do Nascimento <sup>2</sup>

Marina Atanaka <sup>2</sup>

Ana Cláudia Pereira Terças Trettel <sup>2</sup>

**RESUMO**

**Objetivo:** Analisar o perfil sociodemográfico e prisional das reeducadas em 2016, 2017, 2018 e 2019 na região médio norte de Mato Grosso. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de coorte aberta, analisando resultados ao decorrer de 4 anos. A coleta de dados foi realizada em novembro de 2016, 2017, 2018 e 2019 através de entrevista individual baseada em formulário semiestruturado, com todas as reeducadas em regime provisório e condenadas da Cadeia Pública do Médio Norte mato-grossense. Os dados foram analisados através da estatística descritiva. **Resultados:** O perfil predominante nos 4 anos da coorte foi de mulheres autodeclaradas pardas, com faixa etária entre 18 e 31 anos, solteiras, com ensino fundamental, donas de casa, com 2 a 4 filhos, detidas pelo crime de tráfico de drogas, sem histórico de antecedentes criminais e com período de reclusão de até dois anos. Histórico de violência é relatado pela maioria com prevalência na violência física. Apenas metade das mulheres receberam visitas familiares, sendo que as únicas visitas íntimas mencionadas foram as de parceiros homossexuais. Adicionalmente observou-se crescimento considerável de mulheres que começaram a cursar o ensino fundamental e médio durante o cárcere. **Conclusão:** Diante das vulnerabilidades encontradas constata-se que as estratégias em ambiente prisional devem englobar a complexidade das peculiaridades vivenciadas pelas encarceradas.

**Palavras-chaves:** Epidemiologia; Mulheres; Prisões

**ABSTRACT**

**Objective:** To analyze the sociodemographic and prison profile of the re-educated in 2016, 2017, 2018 and 2019 in the northern middle region of Mato Grosso. **Methodology:** This is an open cohort study, analyzing results over 4 years. Data collection was carried out in November 2016, 2017, 2018 and 2019 through an individual interview based on a semi-structured form, with all the re-educated on a provisional basis and sentenced from the Public Chain of the Middle North of Mato Grosso. The data were analyzed using descriptive statistics. **Results:** The predominant profile in the 4 years of the cohort was self-declared brown women, aged between 18 and 31 years old, single, with elementary education, housewives, with 2 to 4 children, detained for the crime of drug trafficking, without criminal history and with a prison term of up to two years. History of violence is reported by the majority with prevalence in physical violence. Only half of the women received family visits, and the only intimate visits mentioned were those of homosexual partners. In addition, there was a considerable growth in women who started to attend elementary and high school during prison. **Conclusion:** In view of the vulnerabilities found, it appears that strategies in the prison environment must encompass the complexity of the peculiarities experienced by prisoners.

**Keywords:** Epidemiology; Women; Prisons

1- Mestranda em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

2- Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil

## INTRODUÇÃO

O aumento da violência, sobretudo urbana, tem caracterizado uma problemática questão de saúde pública, porque traz consequências complexas e que comprometem vários segmentos da sociedade (FIGUEIREDO; FAUSTINO, 2018). No Brasil os principais fatores relacionados a este processo envolvem desigualdades socioeconômicas, baixo nível de escolaridade, pobreza e desemprego (CARDINS et al., 2019).

Além disso, a ineficaz atuação do Estado no controle da violência acarreta no aumento da criminalidade e conseqüentemente, no número de prisões (SANTOS; SILVA, 2019). Em todo o mundo, mais de 10 milhões de pessoas são privadas de liberdade (WALMSLEY, 2016). Na população brasileira o número de encarcerados triplicou nos últimos vinte anos atingindo em dezembro de 2019 a marca de 755.274 presos. Desse total, 37 mil são mulheres (BRASIL, 2018), apesar da distribuição da população prisional no país por gênero ainda mostrar o predomínio de homens, os dados revelam um aumento na criminalidade feminina.

Quando analisado o perfil da mulher encarcerada, os dados a descrevem como jovem, solteira, negra e com baixo nível escolar e econômico (AUDI et al., 2016), sendo a maioria delas presas por tráfico de drogas (SANTOS et al., 2018). Estes aspectos somados as precárias condições do sistema prisional contribuem para a expansão da vulnerabilidade dessa população (MARTINS et al., 2018).

A política que organiza o sistema prisional no Brasil é regida pela Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, que dentre os direitos garantidos traz a previsão de melhores condições de vida e saúde dentro das penitenciárias. Contudo, com o aumento do contingente prisional, o atual cenário é permeado por superlotação e insalubridade (MIGNON, 2016). Com isso, devido as péssimas condições de infraestrutura e saúde, os apenados estão expostos a uma maior prevalência de doenças parasitárias e infecciosas, principalmente as infecções sexualmente transmissíveis (IST) (OLIVEIRA; FERREIRA; ROSA, 2016). Para a população feminina, a precariedade no ambiente prisional é ainda mais agravante. As especificidades biológicas as tornam ainda mais vulneráveis às doenças quando comparadas aos homens (MARTINS et al., 2018).

Diante desse cenário e por haver necessidade de uma investigação atualizada do perfil da população carcerária feminina, tornou-se fundamental a discussão sobre a realidade de mulheres que encontram na criminalidade o caminho para redução de desigualdades sociais.

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o perfil sociodemográfico e prisional das reeducandas para aprofundar o conhecimento dos resultados do processo de exclusão social a que essa população é submetida e como ele se expressa entre as mulheres que cumprem pena em regime fechado na Cadeia Pública Feminina do estado de Mato Grosso, no município da região médio norte de Mato Grosso.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de coorte aberta desenvolvida na Cadeia Pública Feminina de um município da região médio norte de Mato Grosso junto às mulheres condenadas ou em regime provisório, correspondendo ao número total de reeducadas na instituição nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. A amostragem foi do tipo censitária.

A coleta de dados foi realizada nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Todas seguiram a seguinte estratégia: inicialmente foi realizada entrevista em ambiente reservado, com duração de trinta minutos para cada reeducada e aplicação de formulário semiestruturado elaborado pelos pesquisadores, contendo perguntas abertas e fechadas que abordavam as variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico (idade, raça\cor, escolaridade, estado civil, profissão e renda), aspectos familiares (estrutura familiar, ter filhos e número, receber visita de familiares, receber visita íntima) antecedentes do aprisionamento (antecedentes criminais, tipo de crime que ocasionou a detenção, consumo de álcool e drogas, vivência de violência, histórico de criminalidade e drogadição dos pais), vivências no aprisionamento (número de parceiras de cela e relacionamento) e perspectivas após liberdade (possibilidade de retorno ao crime, preconceito e perspectivas após a ressocialização).

Os dados foram sistematizados em planilhas eletrônicas em dupla digitação, posteriormente confrontados para busca de possíveis falhas na digitação. Após a completude dos dados e construção do banco o mesmo será importado para o Estatística Package for the Social Science (SPSS) versão 20.0 para que assim, as análises estatísticas sejam executadas. Será realizada estatística descritiva e analítica dos dados, e os resultados serão constituídos por gráficos e tabelas de distribuição de frequência absoluta e relativa.

O estudo integra o projeto de pesquisa matricial de coorte “Situação de Saúde de Trabalhadores e Internas de uma cadeia pública feminina de Mato Grosso”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade do Estado de Mato Grosso, sob CAAE: 50417815.8.0000.5166 e parecer 1.457.621/2016. Todos os aspectos éticos em pesquisa que envolvem serem humanos serão atendidos de acordo com a Resolução CNS 466\2012, ressalta-se que todas as mulheres foram informadas do risco e benefícios do estudo, além dos demais itens do TCLE que assinaram como pré-requisito para participar deste estudo.

## **RESULTADOS**

Os dados coletados ao longo dos quatro anos da coorte, nos possibilita comparar as variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico das reeducandas. Evidencia-se que a idade variou de 18 a 61 anos durante esse período com média de 31,59 em 2016, 31,28 em 2017, 31,48 em 2018 e 33,16 em 2019, prevalecendo as mulheres jovens (Tabela 1).

Em relação a raça/cor, observa-se na tabela 1 o predomínio de parda nos quatro anos analisados, com 73,7% em 2016, 72 % em 2017, 72,7 % em 2018 e redução em 2019 com

58,8%. Já o estado civil apresentou variação, pois estar solteira foi mais incidente em 2016 (47,4%), 2017 (54,4%) e 2019 (60,8%), porém ter companheiro e viver sob união estável foi suplantado em 2018 (61,4%). O número de filhos foi variável, pois em 2016 (24,6%) e 2017 (29,3%) predominou ter dois filhos, contudo em 2018 29,5% afirmaram ter três filhos e em 2019 a maioria afirmou ter quatro filhos (23,6%).

A escolaridade, foi similar em todos os anos analisados com o ensino fundamental predominando em 2016 (56,2%), 2017 (50,9%), 2018 (47,7%) e 2019 (51,0%). O mesmo foi observado com a profissão das reeducandas com a maioria de mulheres atuando em atividades do lar nos quatro anos do estudo, iniciando com 38,6% em 2016, e finalizando com 47,1% em 2019 (Tabela 1).

**Tabela 1 - Perfil socioeconômico de reeducandas reclusas em cadeia da região médio norte de Mato Grosso, Brasil (2016 a 2019).**

Variável	N 2016	2016%	N 2017	2017%	N 2018	2018%	N 2019	2019%
<b>Idade</b>								
<b>18-31</b>	32	56,2	30	52,6	23	52,3	25	49
<b>32-45</b>	18	31,6	25	43,9	18	40,9	19	37,3
<b>46-59</b>	7	12,3	0	0	3	6,8	7	13,7
<b>+ de 60</b>	0	0	2	3,5	0	0	0	0
Total	58	100	57	100	44	100	51	100
<b>Raça/cor</b>								
<b>Branca</b>	7	12,3	6	10,5	8	18,2	30	58,8
<b>Parda</b>	42	73,7	41	72	32	72,7	15	29,4
<b>Negra</b>	7	12,3	6	10,5	3	6,8	4	7,9
<b>Oriental</b>	1	1,8	4	7	1	2,3	2	3,9
Total	58	100	57	100	44	100	51	100
<b>Estado Civil</b>								
<b>Solteira</b>	27	47,4	31	54,4	16	36,4	31	60,8
<b>Casada</b>	3	5,3	0	0	0	0	4	7,8
<b>União estável</b>	17	29,8	26	45,6	27	61,4	10	19,6
<b>Separada/divorciada</b>	7	12,3	0	0	0	0	5	9,8
<b>Viúva</b>	3	5,3	0	0	0	0	1	2
<b>Não informou</b>	0	0	0	0	1	2,3	0	0
Total	58	100	57	100	44	100	51	100

<b>Número de filhos</b>								
<b>0</b>	10	17,5	8	14	4	9,1	9	17,6
<b>1</b>	10	17,5	11	19,3	9	20,5	9	17,6
<b>2</b>	14	24,6	15	26,3	11	25	11	21,6
<b>3</b>	10	17,5	9	15,8	13	29,5	10	19,6
<b>4 ou mais</b>	13	22,9	14	24,6	7	15,9	12	23,6
Total	58	100	57	100	44	0	51	100
<b>Escolaridade</b>								
<b>Não alfabetizada</b>	1	1,8	2	3,5	3	6,8	3	5,9
<b>Ensino fundamental</b>	32	56,2	29	50,9	21	47,7	26	51
<b>Ensino médio</b>	21	36,8	18	31,6	12	27,3	17	33,3
<b>Ensino superior</b>	3	5,3	8	14,0	8	18,2	5	9,8
Total	58	100	57	100	44	100	51	100
<b>Profissão</b>								
<b>Do lar</b>	22	38,6	27	47,4	16	36,4	24	47,1
<b>Vendedora</b>	6	10,5	6	10,5	5	11,4	5	9,8
<b>Empregada Doméstica</b>	4	7	6	10,5	7	15,9	6	11,8
<b>Traficante</b>	3	5,3	5	8,8	8	18,2	6	11,8
<b>Manicure</b>	3	5,3	1	1,8	1	2,3	2	3,9
<b>Cabelereira</b>	3	5,3	1	1,8	0	0	1	2,0
<b>Cozinheira</b>	3	5,3	3	5,3	0	0	1	2,0
<b>Autônoma</b>	2	3,6	2	3,5	1	2,3	0	0
<b>Garota de programa</b>	2	3,6	2	3,5	2	4,5	3	5,9
<b>Servente geral</b>	2	3,6	0	0	0	0	0	0
<b>Outros</b>	7	12,3	4	7,0	4	9,1	3	5,9
Total	58	100	57	100	44	100	51	100

A análise dos aspectos prisionais observados nesses quatro anos do estudo demonstrou que o tempo de detenção predominante foi de 0 a 2 anos no quadriênio, assim como não possuir antecedentes criminais sendo observado no início da pesquisa a porcentagem de 59,6% (2016) e ao final de 58,8 % (2019), indicando mulheres que estão em sua primeira experiência prisional e com baixo tempo de detenção.

O motivo do encarceramento mais prevalente em todo o período analisado é o tráfico de drogas (art. 33 do Código Penal Brasileiro), normalmente associado a relacionamento afetivos e familiares. No entanto, foram relatados também, mesmo que em menor proporção roubo, latrocínio e homicídio (art. 157).

**Tabela 2 – Aspectos do histórico criminal e encarceramento de reeducandas de uma cadeia da região médio norte de Mato Grosso, Brasil (2016 a 2019).**

<b>VARIÁVEL</b>	<b>N</b>		<b>N</b>		<b>N</b>		<b>N</b>	
	<b>2016</b>	<b>2016%</b>	<b>2017</b>	<b>2017%</b>	<b>2018</b>	<b>2018%</b>	<b>2019</b>	<b>2019%</b>
<b>Tempo de detenção</b>								
0 – 2 anos	47	82,50%	44	77,20%	31	70,5%	35	68,6%
3 – 5 anos	8	14%	11	19,30%	10	22,7%	12	23,5%
Mais de 5 anos	2	3,50%	2	3,50%	3	6,8%	4	7,8%
<b>Antecedentes criminais</b>								
Não possuem	34	59,60%	37	64,9%	26	59,1%	30	58,8%
Possuem	23	40,40%	20	35,1%	18	40,9%	21	41,2%
<b>Motivo do encarceramento</b>								
Art. 33 CP*	29	50,0%	38	66,7%	29	65,9%	38	74,5%
Art. 121 CP*	14	7,10%	8	14,0%	9	20,5%	7	15,9%
Art. 157 CP*	4	3,60%	5	8,8%	4	9,1%	3	6,8%
Art. 19 CP*	4	3,60%	1	1,8%	0	0,0%	0	0,0%
Art. 155 CP*	4	3,50%	5	8,8%	2	4,5%	3	6,8%
Art. 288 CP*	3	3,30%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Histórico de violência</b>								
Física	38	65,5%	40	70,2%	31	70,5%	38	74,5%
Sexual	30	51,7%	32	56,1%	25	56,8%	29	56,9%
Moral	7	12,1%	6	10,5%	5	11,4%	7	13,7%
Outras	1	1,7%	2	3,5%	1	2,3%	2	3,9%
<b>Recebe visita</b>								
Familiares	32	55,2%	30	52,6%	21	47,7%	25	49,0%

Familiares e filhos	30	51,7%	27	47,4%	17	38,6%	23	45,1%
Outros	2	3,4%	3	5,3%	4	9,1%	2	3,9%
<b>Atividade no cárcere</b>								
Estudar	24	41,4%	30	52,6%	26	59,1%	30	58,8%
Artesanato	14	24,1%	13	22,8%	12	27,3%	14	27,5%
Não realiza	20	34,5%	14	24,6%	6	13,6%	7	13,7%

Fonte: Dados da pesquisa. \*CP = Código Penal Brasileiro.

O histórico de violência é observado na maioria das mulheres, com taxa média nos quatro anos de 70,1% e incidência crescente de 2016 a 2019, e quando se analisa o tipo é evidente que a violência física é responsável por mais da metade, sendo em 2016 (51,7%); 2017 (56,1%); 2018 (56,8%) e em 2019 (56,9%). Sendo apontado pelas mulheres que o agressor era parceiro afetivo o membro da família que exercia papel dominante, como pai, padrasto ou irmão mais velho.

Ainda na tabela 2, são descritos aspectos do encarceramento como receber visitas e atividades que realizam no cárcere, e sob essa ótica, fica evidente o abandono familiar, principalmente do parceiro afetivo e ruptura dos laços com os filhos, pois apenas metade das mulheres receberam visitas no último semestre de familiares, sendo 55,2% de 2016; 52,6% em 2017; 47,7% de 2018 e em 2019 de 49,0%. Nenhuma mulher recebeu visita íntima durante os quatro anos do estudo de parceiros heterossexuais, sendo relatado apenas uma mulher homossexual em 2016, duas em 2017, nenhuma em 2018 e uma em 2019. Nenhuma recebeu a visita convencional do parceiro/esposo do sexo masculino, sendo apontado o motivo ser referente ao parceiro estar preso também, ou serem abandonadas após a prisão.

Ponto importante observado foi o crescimento considerável de mulheres que começaram a cursar o ensino fundamental e médio durante o cárcere já que em 2016 foi de 41,4%; 52,6% em 2017; 59,1% de 2018 e no ano de 2019 de 58,8%, sendo esta a atividade mais desenvolvida pelas mulheres durante o aprisionamento seguidas pela oficina de artesanato.

## DISCUSSÃO

Ao analisar os dados obtidos ao longo dos quatro anos da coorte, identificou-se que a população do estudo é predominantemente jovem, pardas (61,9%), mulheres solteiras (50%), do lar (42,3%) e com ensino fundamental (51,4%); características que vão ao encontro de estudos anteriores realizados em outras penitenciárias do Brasil (MACEDO et al., 2016; QUEIROZ, 2018) e do mundo (RAMESH, 2019; XAVIER; KARUNANIDHI, 2019). Este é o retrato de muitas mulheres, que vivem em situação de desestruturação

familiar, social e econômica. A vulnerabilidade das políticas públicas na garantia de direitos básicos dificulta a obtenção de uma vida com dignidade (AUDI et al., 2016).

Em relação a idade constatou-se que a maioria (52,3%) das encarceradas está compreendida entre a faixa etária de 18 a 31 anos. A idade média encontrada neste estudo foi maior do que a obtida em uma penitenciária feminina do nordeste brasileiro (COSTA et al., 2017), e menor do que a encontrada em Estado do Norte do Brasil (ALVES et al., 2016). A nível nacional, as mulheres em situação de cárcere nessa faixa etária ocupam uma porcentagem de 50,0% (BRASIL, 2018). Isso pode ser explicado devido à ausência de políticas efetivas voltadas para a juventude que constantemente sofre com as limitações no mercado de trabalho.

No que se refere a raça/cor/etnia, o fato da maioria ter se autodeclarado como parda, caracteriza, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultado da miscigenação racial e cultural que é própria do Estado do Mato Grosso. Contudo, segundo o órgão, pretos e pardos compõem a população negra e estes representam 51% dos brasileiros. O motivo de se autodeclarar como um ou outro vem, inclusive, do processo de construção da identidade. Sabendo disso e, então, somando as opções negras e pardas, temos um total de, 71,4% de população negra no estudo. Esses números condizem com a realidade nacional do cárcere, onde 62,5% das mulheres nessa situação pertencem a esse grupo étnico (BRASIL, 2018).

Além disso, esses dados evidenciam questões de desigualdades sociais e diferenças de oportunidades em relação à população branca, no que se refere à escolaridade, inserção no mercado de trabalho, menores salários, questões de preconceito racial, entre outros (LIMA, 2015). As mulheres, sobretudo as negras, ocupam um lugar de total vulnerabilidade na pirâmide social brasileira (ALVES, 2017).

Em relação ao estado civil, corroborando com estudo realizado em uma unidade prisional feminina em João Pessoa (PB), a maioria das encarceradas era solteira (SANTOS et al., 2018). A nível nacional, 62% das mulheres privadas de liberdade no Brasil são solteiras. No Estado do Mato Grosso esse percentual representa 80% da população encarcerada (BRASIL, 2018). A distribuição da população prisional de acordo com a faixa etária expressa a concentração de jovens entre essa população, fator que pode corroborar a concentração de pessoas solteiras.

Porém cabe uma observação sobre a ligação entre o estado civil e a função como provedora da família, pois o percentual de mulheres encarceradas que se declarou como separada ou viúva somada à parcela de solteiras na obrigação de manter o sustento familiar, representa a maioria da amostra pesquisada (57,6%), enquanto a soma de mulheres que podem contar com auxílio do marido ou companheiro(a) para dividir a responsabilidade na manutenção das despesas é minoria, representando 42,4%.

Ao analisar a variável escolaridade, constatou-se que mais da metade das participantes apresentaram baixo nível educacional, sendo pouco expressivo o número de mulheres que



conseguiram concluir o estudo. Achados semelhantes foram encontrados em outras penitenciárias brasileiras (LIMA, 2015; QUEIROZ, 2018). Esses dados contrastam com os obtidos em uma penitenciária feminina na Índia, em que 60% das encarceradas eram analfabetas (XAVIER; KARUNANIDHI, 2019).

Lima (2015), aponta que estas mulheres devido ao baixo nível de escolaridade acabam encontrando outros meios para se inserir no mercado de trabalho, destacando que apesar de existir influência masculina na adesão das mulheres à criminalidade, a pouca escolaridade e a não inserção no mercado de trabalho formal, são fatores que podem acarretar na inclusão dessas mulheres no crime.

Esses dados evidenciam o quanto o acesso à educação pública e de qualidade ainda é desigual no Brasil. Apesar de ser um direito universal é privilégio de uma pequena parcela da população. Dessa forma, a baixa escolaridade dessas mulheres tem reflexo nas atividades desenvolvidas e, conseqüentemente, na sua remuneração (QUEIROZ, 2018)

Observou-se na variável ocupação que 42,4% das encarceradas desempenhavam a função do lar, fato que se assemelha aos obtidos em uma penitenciária feminina no Nordeste (COSTA et al., 2017). Esses dados podem ser atribuídos ao baixo nível educacional, bem como ao baixo nível socioeconômico dessas mulheres. A insuficiente capacitação profissional limita as atividades exercidas antes da detenção (MACEDO et al., 2016).

Em relação ao tempo de reclusão, 74,7% estão cumprindo até dois anos de detenção, o que diverge dos dados nacionais onde apenas 7% das mulheres em situação de cárcere cumprem esse período (BRASIL, 2018)

Esses dados podem ser atribuídos ao fato de que mais da metade das reeducandas deste estudo não possuíam nenhum registro criminal. Além disso, existe a questão da boa conduta da reeducanda, situação em que esta tem sua pena reduzida ou vivem em prisão albergadas. Essa condição está prevista pela LEP (1984), onde a condenada pela prática de crime comum tem direito à progressão quando tiver cumprido 1/6 do total da sua pena no regime anterior e tiver bom comportamento carcerário (LIMA, 2015).

Em relação a variável de antecedentes criminais, esses dados podem ser justificados pela vulnerabilidade social da mulher que constitui aspectos motivacionais para atuarem no tráfico de drogas. A possibilidade de obter dinheiro de forma mais rápida é muitas vezes a resposta encontrada para garantir a geração de renda e o sustento familiar (SANTANA, 2019). A baixa escolaridade e diminuição de oportunidades profissionais, somada a vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres acabam contribuindo para inserção na criminalidade (ALVES, 2017).

Estes resultados divergem de um estudo realizado no presídio feminino na região sudeste brasileira, no qual 57% das entrevistadas possuíam histórico de antecedentes criminais. De acordo com os autores esse fato pode ser explicado porque o sistema prisional tem se

constituído como uma escola de crime, onde a reincidência habilita a reeducanda para a prática de crimes cada vez maiores (HENRIQUE et al., 2018).

Em relação ao tipo de crime cometido, em conformidade com dados obtidos por levantamento nacional, o crime que mais aprisiona mulheres é o tráfico de drogas (BRASIL, 2018). Achados semelhantes foram encontrados na Bahia (LIMA, 2015; SANTANA, 2019). Destaca-se que grande parte dessas mulheres atuam no tráfico, como coadjuvante e, muitas vezes, influenciadas por seus próprios companheiros já envolvidos com a prática (SANTOS et al., 2018).

Dados semelhantes foram obtidos na população encarcerada de outra penitenciária, e de acordo com esses autores as mulheres referiram que devido à falta de educação, o desemprego, orientação incorreta de pessoas próximas, além da facilidade na obtenção de ganhos rápidos, acabam contribuindo para que elas ignorem as possíveis consequências dos seus delitos (XAVIER; KARUNANIDHI, 2019).

Quanto ao histórico de violência grande parte das mulheres relataram já terem vivenciado relações marcadas por algum tipo de agressão, sendo predominante a física (70,2%). A segunda maior evidência foi com a violência sexual relatada por 55,4% das encarceradas. A inserção da mulher no mundo do crime, através de seus companheiros ou familiares, representa para elas um ambiente arriscado. Em virtude de ser um cenário representado por homens, evidencia-se a reprodução da violência doméstica e sexual, que historicamente é desempenhada por eles (SANTANA, 2019). Além disso, a instabilidade familiar ocasionada pelo abuso de drogas e outros vícios podem ser fatores contribuintes para o ambiente violento vivenciado por essas mulheres.

Este quadro de crescimento da violência contra a mulher no Brasil exige uma intensa estimulação de criação e execução das políticas públicas, a fim de oportunizar serviços de qualidade para a prevenção, o atendimento, a proteção e a reabilitação de suas vítimas, o que se caracteriza, na atualidade, como um imenso desafio a ser enfrentado (AUDI et al., 2016).

Na penitenciária estudada, 51% das reeducandas referiram receber visitas familiares, corroborando com estudo realizado em outra penitenciária do país (SANTOS et al., 2018). Contudo, quando se trata de visitas íntimas percebe-se que a maioria expressiva não recebe a visita de seus parceiros(as), o que se assemelha a estudo realizado no interior de São Paulo (BR), no qual apenas 6,6% delas referem receber este tipo de visita (AUDI et al., 2016).

Audi e seus colaboradores (2016), apontam que na maioria dos estabelecimentos penais brasileiros, existe permissão para visita íntima, porém apenas 9,7% das encarceradas recebem este tipo de visita em decorrência da falta de estrutura desses estabelecimentos que viabilize tal situação.

Além disso, o abandono afetivo vivenciado pela mulher em situação de cárcere é tido como um fator que explica a ausência de visitas. Esse afastamento familiar se caracteriza como uma forma de punição para mulher que não se manteve na sua condição de obediência, tornando o crime cometido passível de dupla pena, tanto no setor penal quanto no moral (SANTOS; SILVA, 2019).

Em relação a atividades na prisão, constatou-se que um grande percentual das reeducandas estudam ou realizam artesanato, o que contrasta com pesquisa nacional onde os responsáveis pelos estabelecimentos afirmam que apenas 24% da população prisional feminina está envolvida em atividades laborais, internas e externas aos estabelecimentos penais (BRASIL, 2018).

Um achado importante foi a constatação de que ao final desse estudo (2019) a maioria (58,8%) deu continuidade aos estudos dentro da prisão, o que representa um expressivo resultado, visto que em pesquisa nacional apenas 25% da população prisional feminina está envolvida em algum tipo de atividade educacional, entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares (BRASIL, 2018). Esses dados que divergem de estudo realizado com reeducandas de uma penitenciária feminina no interior do Estado de São Paulo, no qual 88,5% não realizavam nenhuma atividade ocupacional no cárcere (AUDI et al., 2016).

Através dos dados analisados é fundamental a discussão de sujeitos que pertencem a camadas empobrecidas da população, enfatizando para a posição destas mulheres. Percebe-se que as estratégias de ressocialização e reinserção em ambiente prisional devem englobar a complexidade das peculiaridades vivenciadas pelas mulheres presidiárias.

O trajeto da pesquisa evidenciou o quanto essas mulheres são subjugadas diante da sociedade em geral, e que o conhecimento das condições de vida, a partir de um olhar além da prisão, pode contribuir para a construção de ações que aumentem a possibilidade de regeneração dos indivíduos presos.

## **CONCLUSÃO**

A população aprisionada, em sua maioria, possui perfil marcado pela desigualdade social, em termos de renda, acesso a bens culturais, educação, trabalho e saúde. A compreensão a respeito do contexto de funcionamento das instituições prisionais, em especial, as que acomodam mulheres, é importante para embasar a reflexão sobre a situação de mulheres privadas de liberdade, a fim de possibilitar a criação de medidas para, se não solucionar, ao menos contribuir substancialmente para a melhoria da realidade atual.

Fica evidente a invisibilidade dessas mulheres diante da sociedade e do sistema, fazendo necessário acolhimento em todas as fases de cumprimento da pena, desde à admissão a liberdade, com minimização de julgamentos, e formas viáveis para ressocialização e reinserção. Para isso, além de implantação de ações de intervenção neste contexto, novos estudos devem ser desenvolvidos, a fim de subsidiar políticas públicas que garantam direitos e reduza a condição de marginalização dessas mulheres.

**AGRADECIMENTOS:** Agradecemos a Secretaria Municipal de Saúde de Tangará da Serra e equipe da Vigilância Epidemiológica. A equipe da cadeia feminina de Tangará da Serra e as reeducandas que integraram esse estudo por 4 anos.

**APOIO FINANCEIRO:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), Edital PPSUS 003/2017, processo número 285300/2018.

## Referências

- ALVES, D. Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Ciências Humanas e Sociais Unit**, n. 21, p. 97–120, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n21/2011-0324-recs-21-00097.pdf>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.
- ALVES, H. V. S. et al. Características espaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina do estado de Rondônia. **NASPA Journal**, 2016. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/%C3%81dria-Fab%C3%ADola-Pinheiro-de-Sousa.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2020
- AUDI, C. A. F. et al. Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 109, p. 112–124, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042016000200112&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042016000200112&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 11 de setembro de 2020.
- BRAZIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. v. 2, p. 1–79, 2018. Disponível em: [https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf). Acesso em: 02 de setembro de 2020.
- CARDINS, K. K. B. et al. Acesso e uso racional de medicamentos no sistema prisional da Paraíba. **Esc. Anna Nery**, v. 23, n. 2, p. 1–9, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/ean/v23n2/pt\\_1414-8145-ean-23-02-e20180317.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ean/v23n2/pt_1414-8145-ean-23-02-e20180317.pdf). Acesso em: 16 de setembro de 2020.
- COSTA, E. S. et al. Mulheres encarceradas: perfil, sexualidade e conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis. **Revista UNINGÁ**, v. 52, n. 1, p. 23–28, 2017. Disponível em: [https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170504\\_223633.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170504_223633.pdf). Acesso em: 04 de setembro de 2020.
- FIGUEIREDO, G. C.; FAUSTINO, H. H. Violência e vulnerabilidade social: impacto da intervenção psicossocioeducativa na garantia de direitos. **Portal De Memória - Laplage Em Revista**, v. 4, n. 3, p. 225–239, 2018. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/533>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.
- HENRIQUE, K. S. et al. O perfil da mulher detenta: uma análise realizada no presídio de Manhumirim-MG. **IV Seminário Científico da FACIG** 2018. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/seminariocientifico/article/view/937/828>. Acesso em: 5 de outubro de 2020.
- LIMA, C. A. **Por trás das grades: situação de vida e saúde de mulheres presidiárias em um conjunto penal da Bahia**. Monografia - Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bahia, 2015. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1255/1/TCC%20CAMILLA%20FINAL.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.
- MACEDO, F. R. M. et al. Perfil socioeconômico e saúde ginecológica de presidiárias. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 30–36, 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1035>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.
- MARTINS, D. C. et al. Sexual behavior and sexually transmitted diseases among the female partners of inmates. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 26, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlae/v26/0104-1169-rlae-26-e3043.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.
- MIGNON, S. Health issues of incarcerated women in the United States. **Ciênc. saúde coletiva**, p. 2051–2060, 2016. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-questao-da-saude-nas-mulheres-encarceradas-nos-estados-unidos/15595?id=15595>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.
- OLIVEIRA, T. F. F.; FERREIRA, P. J. O.; ROSA, R. K. G. Perfil de saúde no sistema penitenciário brasileiro: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Expressão Católica Saúde**, v. 1, n. 1, p. 121–125, 2016. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/recsaude/article/view/1384>. Acesso em: 09 de setembro de 2020.
- QUEIROZ, V. M. Encarceramento feminino em barra do Garças-MT: perfil socioeconômico das detentas e motivações para o crime. **Revista Geoaraguaia**, p. 55–70, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6983/4583>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.
- RAMESH, A. Socio-Demographic, Economic and Crime Profile of Women Prisons A Sociological Study of Chanchalguda Prison, Hyderabad. **The International Journal of Innovative Research in Engineering & Multidisciplinary Physical Sciences (IJIRMPMS)**, v. 7, n. 3, p. 154–163, 2019. Disponível em: <https://www.ijirmpms.org/research-paper.php?id=586>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.
- SANTANA, G. M. H. “**QUERIA REALIZAR UM SONHO, MAS VIROU UM PESADELO**”: trajetórias de vida de mulheres aprisionadas por tráfico de drogas no Sertão da Bahia. 2019. 79 f. TCC (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2093/1/TCC-%20pdf-GESSICA.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2020
- SANTOS, W. P. et al. Perfil de mulheres sob privação de liberdade: aspectos sociodemográficos, ocupacionais e criminais. **Rev. de ciências da saúde Nova Esperança**, v. 16, n. 1, p. 74–81, 2018. Disponível em: <https://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/33/46>. Acesso em 03 de setembro de 2020.
- SANTOS, J. B. L.; SILVA, M. S. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 459–474, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000300007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 13 de agosto de 2020.
- WALMSLEY, R. World Prison Population List: eleventh edition. **International Centre for Prison Studies**, p. 1–15, 2016. Disponível em: <https://nicic.gov/world-prison-population-listeleventh-edition>. Acesso em 03 de agosto de 2020
- XAVIER, M. N.; KARUNANIDHI, S. Socio-demographic profile of women convicted and prisoners under-trial of the special prisons for women-tamil nadu. **International Journal of Social Science and Economic Research**, v. 4, n. 02, p. 1355–1366, 2019. Disponível em: <https://ijsser.org/more2019.php?id=99>. Acesso em: 15 de agosto de 2020